

GRUPOS DE PODER NO LEGISLATIVO E NO EXECUTIVO EM PRESIDENTE PRUDENTE – SP: ANÁLISE DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1988 A 2016

Rafael Freire de Paula¹

Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO

Guarapuava, Paraná

E-mail: freire_depaula@yahoo.com

Marcia da Silva²

Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO

Guarapuava, Paraná

E-mail: marcia.silvams@gmail.com

Resumo

Este artigo discute parte dos resultados oriundos de pesquisa concluída em nível de mestrado. O objetivo desse texto é (i) apresentar o cenário partidário e eleitoral em Presidente Prudente dentro do recorte temporal pós-redemocratização do Brasil (1985), considerando os oito pleitos eleitorais deste período; (ii) discutir a presença dos grupos de poder e agentes político-territoriais nas disputas eleitorais através de dados secundários e de entrevistas realizadas durante a pesquisa e; (iii) qualificar as conexões entre os agentes nas redes de poder. Para tanto, utilizamos dados do Tribunal Superior Eleitoral – TSE e de entrevistas semiestruturadas com agentes de relevância nas redes de poder. Como resultados observou-se que há nítida presença dos principais grupos de poder nas eleições municipais, a saber: Grupo Lima, Grupo dos Empresários do Transporte e Terceira Via, bem como processos de reorganização que reorientam as ações políticas e territoriais desses grupos.

Palavras-Chave: Grupos de poder; Partidos políticos; Eleições municipais; Território.

POWER GROUPS IN LEGISLATIVE AND EXECUTIVE IN PRESIDENT PRUDENTE - SP: ANALYSIS OF MUNICIPAL ELECTIONS FROM 1988 TO 2016

Abstract

This article discusses part of the results from research completed at the masters level. The purpose of this text is (i) to present the party and electoral scenario in Presidente Prudente within the post-redemocratization period of Brazil (1985), considering the eight electoral lawsuits of this period; (ii) to discuss the presence of power groups and political-territorial agents in electoral disputes through secondary data and interviews conducted during the survey; and (iii) to qualify the connections between the agents in the networks of power. To do so, we used data from the Superior Electoral Tribunal (TSE) and semi-structured interviews with agents of relevance in the networks of power. As results it was observed that is a clear presence of the main groups of power in the municipal elections, namely: Grupo Lima, Group of the Entrepreneurs of Transportation and Third Way, as well as reorganization processes that reorient the political and territorial actions of these groups.

Key words: Power groups; Political parties; Municipal elections; Territory.

¹ Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO.

² Professora dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO.

GRUPOS DE PODER EN LEGISLATIVO Y EJECUTIVO EN PRESIDENTE PRUDENTE - SP: ANÁLISIS DE ELECCIONES MUNICIPALES DE 1988 A 2016

Resumen

Este artículo analiza parte de los resultados de la investigación realizada a nivel de maestría. El propósito de este texto es (i) presentar el escenario del partido y electoral en Presidente Prudente dentro del marco de tiempo posterior a la redemocratización de Brasil (1985), considerando las ocho elecciones de este período; (ii) discutir la presencia de grupos de poder y agentes político-territoriales en disputas electorales a través de datos secundarios y entrevistas realizadas durante la encuesta; y (iii) calificar las conexiones entre agentes en redes de poder. Para ello, utilizamos datos del Tribunal Superior Electoral - TSE y de entrevistas semiestructuradas con agentes relevantes en las redes de poder. Como resultado se observó una clara presencia de los principales grupos de poder en las elecciones municipales, a saber: Grupo Lima, Grupo de Empresarios de Transporte y Tercera Vía, así como procesos de reorganización que reorientan las acciones políticas y territoriales de estos grupos.

Introdução

Este artigo apresenta o cenário partidário e eleitoral em Presidente Prudente – SP ao longo do recorte temporal pós-redemocratização do país, com as primeiras eleições municipais em 1988, considerando os grupos de poder nelas envolvidos, as conexões entre os agentes nas redes de poder e os processos de reorganização e disputa entre os grupos investigados.

Reconhecemos as diferentes formas de organização da sociedade civil e os rebatimentos territoriais dela decorrentes, de modo que os grupos e/ou instituições podem envolver-se ou não em disputadas eleitorais. De qualquer modo, os partidos políticos são instituições centrais na democracia brasileira, pois é através deles que se materializam as candidaturas e os agentes que ocupam espaços de poder político. Magdaleno (2013, p.72) nos lembra que “os partidos políticos representam o principal meio pelo qual o povo vai se integrar ao sistema governamental de decisões” e devem ser analisados, segundo Kinzo (2005), por sua eficácia em manter (ou não) a governabilidade democrática, bem como em sua capacidade de estruturar a competição eleitoral.

A crescente fragmentação partidária pós-redemocratização, aliada à descrença no sistema político e nos partidos políticos, que não conseguiram responder aos anseios sociais e agravaram a crise política e econômica no Brasil, trouxeram um novo e forte elemento de suma importância para análises de pleitos eleitorais: a rejeição partidária. Caso recente e ilustrativo da importância da rejeição partidária foi a queda do Partido dos Trabalhadores (PT) do 3º para 13º lugar em números de prefeituras conquistadas nas eleições municipais

de 2016, enquanto outros partidos de relevância nacional mantiveram suas posições ou as variações foram pequenas.

A partir do cenário descrito acima, nos chama a atenção o fato da imensa maioria do eleitorado não ser filiada a nenhum partido político, seja em nível estadual ou municipal (escalas analisadas neste artigo). O Tribunal Superior Eleitoral disponibiliza o acesso aos dados de filiação partidária a partir de 2002, mostrando uma variação entre 8% e 9% do eleitorado paulista filiado a algum partido político, enquanto em Presidente Prudente, no mesmo período, há pequenas variações entre 7% e 8%. Do total de filiados em São Paulo, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, Partido Progressista - PP, Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, Partido Trabalhista Brasileiro - PTB e Partido dos Trabalhadores - PT concentram, dentro do período observado (2002-2016), mais da metade do eleitorado filiado, enquanto em Presidente Prudente se destacam, sempre acima dos 50%, os mesmos partidos com exceção do PP, substituído pelo Partido Democrático Trabalhista - PDT.

Para responder aos objetivos deste artigo, houve a seleção de procedimentos metodológicos que asseguraram a coerência das análises, a veracidade dos resultados encontrados e conclusões tomadas a partir deles. Para tanto, foram definidos os principais conceitos, a saber: poder local, com destaque às abordagens de Kerbaay (2007), Silva (2014) e Vainer (2001); grupos de poder (Silva, 2014); e território, cuja ênfase está em Raffestin (1993), Fernandes (2013), Santos (2006) e Souza (2012).

A partir dos conceitos, que podem expressar a realidade ou parte dela, identificamos e caracterizamos os principais grupos de poder envolvidos nas disputas eleitorais no município de Presidente Prudente: Grupo Lima, Grupo dos Empresários do Transporte – GET e Terceira Via. Tal investigação foi realizada a partir de dois eixos: (i) análise dos dados dos pleitos eleitorais entre 1988 e 2016, sendo parte deles coletados junto ao jornal “O Imparcial” e, a partir dos anos 2000, junto à base de dados do Tribunal Superior Eleitoral – TSE e (ii) apoio das entrevistas semiestruturadas com agentes político-territoriais (representantes políticos e/ou institucionais com ações políticas e territoriais relevantes) de destaque nas relações e redes de poder ao longo do recorte temporal proposto na pesquisa. A análise dos dados permitiu a organização dos agentes em grupos, com base na mensuração da proximidade entre os agentes.

As entrevistas, com roteiro de questões prévias, mas com variações de acordo com o entrevistado e/ou andamento das contribuições (COLOGNESE; MELLO, 1998),

propiciaram adentrar nas disputas intergrupos de poder, no posicionamento dos agentes político-territoriais nas redes de poder, rivalidades internas e, ainda, discutir processos em curso, como aquele que reúne aspectos de uma reorganização conservadora.

Como analisamos um recorte temporal longo (1988-2016), alguns dos entrevistados não vivenciaram todo o período. Assim, as questões foram adaptadas segundo a atuação temporal do entrevistado, sua função política, papel de centralidade ou não nas redes de poder político local, o grupo ao qual pertence e a função pública e política ocupada durante o recorte e/ou no momento da entrevista (se ocupante).

As questões foram relacionadas a: (i) formação política do entrevistado e sua trajetória; (ii) disputas envolvendo o poder político local que vivenciou; (iii) atuação do partido ao qual o entrevistado está (ou esteve) inserido e a lógica do mesmo para o estabelecimento de coligações para eleições municipais; (iv) apontamento de adversários e daqueles mais próximos; (v) reflexão a respeito de grupos políticos existentes em Presidente Prudente e a força política dos mesmos (respeitando o tempo especialmente nesses dois últimos itens, pois na política as alianças e adversidades surgem e desaparecem rapidamente); (vi) avaliação do cenário nacional e estadual e os rebatimentos das outras esferas políticas nas disputas locais; e (vii) situações pontuais necessárias para esclarecimento.

Foram realizadas oito entrevistas³: Adilson Silgueiro, ex-vereador pelo PMDB⁴ e cassado em 2016; André Ferreira, candidato a vice-prefeito pelo Partido Socialismo e Liberdade - PSOL em 2016; Edson Tomazini (Ed Thomas), deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro - PSB; Fábio Sato, candidato do Partido Popular Socialista - PPS nas duas últimas eleições para prefeito, com resultados eleitorais expressivos; José Lemes Soares, candidato ao cargo de prefeito em 2016 pelo Partido Republicano Brasileiro - PRB; Mauro

³ Os entrevistados permitiram, via documentação, a utilização de seus nomes, sendo desnecessária a utilização de qualquer tipo de linguagem codificada. Entretanto, nem todos os possíveis entrevistados nos atenderam. Em nosso planejamento inicial, gostaríamos de ter entrevistado alguns outros atores: Alba Lucena, vereadora na Câmara por seis mandatos consecutivos, inclusive o atual, mas que não respondeu às nossas tentativas de contato (redes sociais, e-mail da Câmara e e-mail institucional por ser docente na Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE); Agripino de Oliveira Lima, ex-prefeito municipal por três mandatos e elemento chave nessa pesquisa, que não nos atendeu devido a questões de saúde oriundas da idade avançada, argumento este convincente, pois o candidato a prefeito em 2016 não apareceu sequer em seus programas eleitorais, debates ou em quaisquer locais públicos e veio a falecer no início de 2018; e Paulo Lima, filho de Agripino, gestor das empresas da família, ex-deputado federal e também com candidatura no âmbito municipal (vice-prefeito em 2012) e, nesse caso, também não fomos atendidos em nenhuma das formas de contato (redes sociais, e-mail e nossos telefonemas não tiveram retorno após uma primeira conversa com a atendente do Grupo Paulo Lima). A opção pelos nomes citados tem relação com diferentes variáveis, tais como a presença dos mesmos nos últimos pleitos eleitorais, histórico partidário e de alianças, a atuação na Câmara (quando vereadores) e ligações institucionais ou com movimentos sociais (como foi a candidatura do PT e PSOL em 2016).

⁴ Atual MDB – Movimento Democrático Brasileiro.

Bragato, dirigente regional do PSDB, ex-prefeito de Presidente Prudente e deputado estadual por vários mandatos antes e durante nosso recorte temporal; Regina Penati⁵, ex-vereadora e candidata ao cargo de prefeita em 2016 pelo PT e Nelson Bugalho, candidato vitorioso para o cargo de prefeito pelo PTB.

Os grupos de poder no Executivo e no Legislativo em Presidente Prudente – SP

Neste item analisaremos os pleitos eleitorais entre 1988 e 2016, bem como fatos relevantes para a (re)configuração das redes de poder entre uma eleição e outra. Para ajudar na compreensão destes momentos, elaboramos tabelas de síntese que apresentam dados eleitorais de cada uma das eleições municipais para, na sequência, apontarmos os grupos de poder nelas envolvidos, sejam aqueles já nomeados como Grupo Lima, Grupo dos Empresários do Transporte (GET) e Terceira Via, ou combinações entre os mesmos.

Consideramos, no entanto, apesar de os grupos aqui estarem apresentados separadamente por pleito, que as disputas e alianças descritas não se encerram em si mesmas, com continuidades ou descontinuidades nos pleitos posteriores. Portanto, a separação em tópicos abaixo foi realizada no intuito de favorecer a organização dos dados e a compreensão dos respectivos contextos nos quais cada um se insere.

De uma aliança inesperada à ascensão do Grupo Lima

O pleito eleitoral de 1988 possui uma particularidade interessante: o candidato eleito, Paulo Constantino, vinculado ao GET, teve em sua chapa ao cargo do executivo Agripino de Oliveira Lima Filho, personagem que já exercia um papel político relevante, mas que após este pleito firma o Grupo Lima no cenário prudentino, com seguidos sucessos eleitorais nas eleições posteriores. Para a entrevistada Regina Penati “[...] uma aliança que eles diziam que não ia acontecer, mas aconteceu” (REGINA_PENATI_2).

A candidatura de Enio Perrone, pelo PMDB, que representava a continuidade da Terceira Via de Virgílio Tiezzi (prefeito antecessor), considerado por Mauro Bragato um

⁵ Foi vereadora pelo PT entre 1997 e 2000 como base legislativa de Mauro Bragato, prefeito pelo PSDB. Também foi Secretária de Assistência Social nos dois mandatos do governo Tupã e candidata a prefeita pelo PT no pleito de 2016.

outsider, isto é, um político não vinculado aos grupos econômicos de Presidente Prudente, não teve força político-econômica suficiente para enfrentar o poderio de ambos os grupos envolvidos na chapa vencedora, detentores de uma base material considerável e que se acentuou ainda mais a partir desse período, especialmente em relação ao Grupo Lima.

Podemos inferir que mesmo juntos na chapa do executivo, Paulo Constantino e Agripino Lima mantiveram disputas políticas ao longo dos anos deste mandato eletivo, algo visível nos editoriais do jornal O Imparcial desse período, e acentuado a partir de 1993, quando o mesmo jornal serviu como veículo de mensagens públicas direcionadas de um para o outro. Além disso, Bragato aponta que “[...] o Constantino acaba rachando com o Agripino em função das práticas pesadas do Agripino”, sendo o último, para Mauro Bragato, demasiadamente autoritário.

Outro ponto de reflexão sobre as disputas travadas entre o GET e o Grupo Lima, personificadas nas figuras de Paulo Constantino e Agripino Lima, é que o distanciamento deste último em relação ao primeiro, bem como um suposto abandono de vereadores fiéis a Agripino da base aliada, seria algo perfeitamente reorganizável pelo prefeito em exercício, haja vista que uma das principais características da Terceira Via, que elegeu quatro vereadores em 1988 (Tabela 1), é o enfrentamento político ao Grupo Lima nas diferentes eleições prudentinas.

Está posto entre 1988 e 1992, portanto, um cenário que envolve: (i) a aproximação dos dois principais grupos de poder político no município, assegurando, a priori, a reprodução de seus interesses, estando ainda o Grupo Lima em plena ascensão; (ii) o distanciamento entre os mesmos concomitante a uma reorganização política que aproximou GET e Terceira Via em posição de enfrentamento político eleitoral contra Agripino Lima. É necessário salientarmos, ainda, que tal aproximação é confirmada pelo posicionamento da Terceira Via nas eleições seguintes a esta, vinculada direta ou indiretamente ao GET na maioria dos pleitos eleitorais.

Tabela 1: Resultados eleitorais em 1988 e composição do Legislativo em Presidente Prudente – SP.

Candidato	Partido	Coligação	Resultado Eleitoral
Paulo Constantino	PTB	União Popular	63,90%
Enio Perrone	PMDB	Andar pra Frente	28,97%
Meirinaldo Orlandini	PT	Frente Prudente Popular	7,13%
Total			100%
Candidato	Partido	Coligação	Resultado Eleitoral
Alba Lucena F. Gandia	PFL	União Popular	

Antônio Carlos F. da Silva	PTB	União Popular	<p>100% 80% 60% 40% 20% 0%</p> <p>5,26% 21,05% 73,68%</p> <p>Partido Isolado Andar pra Frente União Popular</p>
Carlos Eduardo B. Campos	PTB	União Popular	
Dario M. de Almeida	PTB	União Popular	
Dirceu Matheus	PDS	União Popular	
Flávio A. Cezario	PMDB	Andar pra Frente	
João A. Cremonesi	PTB	União Popular	
João C. da Silva	PFL	União Popular	
José B. de Moura	PDS	União Popular	
José C. da Silva	PT	Partido Isolado	
José Hélio Cortez	PTB	União Popular	
José Tebar Cortez	PFL	União Popular	
Júlio Braga Filho	PMDB	Andar pra Frente	
Manoel M. de Mendonça	PTB	União Popular	
Sérgio Roberto Mele	PTB	União Popular	
Telmo de M. Guerra	PMDB	Andar pra Frente	
Valdemar de S. Mendes	PTB	União Popular	
Walter Lemes Soares Jr.	PDS	União Popular	
Wilson P. Rodrigues	PMDB	Andar pra Frente	

Fonte: TSE

Org.: R. F. de Paula, 2019.

Dado esse cenário, o primeiro pleito eleitoral da década de 1990 marca a guinada do Grupo Lima ao poder político municipal, já distanciado do GET e ampliando sua base material e de ação política em âmbito regional, especialmente no que se refere a veículos de comunicação dirigidos pelo grupo ou criados, como a posse da rádio e TV Globo regional e a inauguração do jornal Oeste Notícias, durante o período em que se passa o mandato do prefeito eleito Agripino Lima.

Na Tabela 2 vemos quão expressiva foi a vitória do candidato eleito, mesmo sendo necessário observar que os demais candidatos conseguiram votações muito próximas entre si, mostrando que ambos detinham um atraente eleitorado, mas que separados não puderam fazer frente a Agripino Lima.

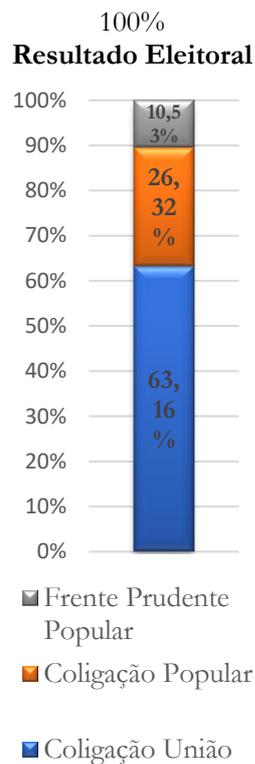
As duas candidaturas derrotadas podem ser classificadas como pertencentes à Terceira Via, mesmo atuando separadas, pois é um grupo heterogêneo que agiu em plataformas distintas, muito devido ao momento eleitoral posto, que impossibilitava a reeleição de Paulo Constantino, e a aproximação entre GET e parte da Terceira Via durante

seu mandato (1989-1992), o que levou Paulo Constantino a não declarar voto nas eleições de 1992 à reportagem do jornal “O Imparcial”⁶, ainda que Agripino Lima fosse seu vice.

Por outro lado, o PT atravessava um momento de crescimento no cenário nacional e considerou importante lançar candidatura em âmbito municipal para contribuir com o crescimento e a presença do partido nas diferentes regiões do país, algo ressaltado pela entrevistada Regina Penati, candidata ao cargo do executivo nas eleições municipais em 2016 por este partido.

Tabela 2: Resultados eleitorais em 1992 e composição do Legislativo em Presidente Prudente – SP.

Candidato	Partido	Coligação	Resultado Eleitoral
Agripino Lima	PFL	Coligação União	57,82%
Renato Novo	PMDB	Coligação Popular	22,53%
José Caetano da Silva	PT	Frente Prudente Popular – FPP	19,65%
Total			100%
Candidato	Partido	Coligação	Resultado Eleitoral
Alba Lucena F. Gandia	PFL	Coligação União	10,53%
Alcides Seribeli	PTB	Coligação União	3%
Amélia Galindo Campos	PFL	Coligação União	26,32%
Antônio Ap. Ferreira		Coligação União	
Carlos Ed. Bandeira Campos	PTB	Coligação União	
Dirceu Matheus	PDS	Coligação União	
Flávio A. Cezário	PMDB	Coligação Popular	63,16%
Izaque José da Silva	PMDB	Coligação Popular	
José B. de Moura	PDS	Coligação União	
José Carlos Pacheco	PT	FPP	
José Hélio Cortez	PTB	Coligação União	
José Marcos Filitto		Coligação Popular	
Manoel M. de Mendonça	PTB	Coligação União	
Ondina B. Gerbasi		Coligação União	
Sérgio Canholi	PT	FPP	
Sérgio Jorge Alves	PFL	Coligação União	
Sérgio Roberto Mele	PTB	Rompeu com o partido	
Telmo de M. Guerra	PMDB	Coligação Popular	
Wilson P. Rodrigues	PMDB	Coligação Popular	



Fonte: TSE

Org.: R. F. de Paula, 2019.

⁶ Paulo Constantino optou por não declarar seu voto ao ser entrevistado no local de votação, no dia 03/10/1992. A notícia foi publicada na edição do dia 04/10/1992.

Para termos uma dimensão da disputa entre o Grupo Lima e o GET nesse período, basta destacarmos que uma das primeiras ações do prefeito eleito Agripino Lima foi ordenar a destruição de monumentos e placas comemorativas, entre outras construções ou símbolos do governo municipal anterior, evidentemente em busca da dissociação de seu nome em relação ao seu antecessor Paulo Constantino, para que não ficasse como “herdeiro” político do mesmo e, a partir daí, construir seus próprios símbolos e marcos pelo município.

Estando eleito, Agripino Lima encontrou uma Câmara de Vereadores favorável as suas pretensões, embora uma de suas lideranças da base aliada, o presidente da Câmara Sergio Roberto Mele, eleito em disputa com Alba Lucena (aliada de longa data de Agripino Lima), tenha rompido com o PTB. O rompimento instaurou um clima de disputa entre os poderes, mas não originou grandes percalços para a governabilidade de Agripino Lima, cuja coligação elegeu a maior parte dos vereadores (Tabela 2).

Enfim, este pleito marca a guinada do Grupo Lima ao poder executivo municipal, desvinculando-se do GET e não construindo alianças com a Terceira Via, sendo sustentado, fundamentalmente, por sua base material e de poder simbólico para obtenção do sucesso eleitoral. Como apontou Mauro Bragato em entrevista, boa parte dos trabalhadores prudentinos estava diretamente ligada ao Grupo Lima, por serem funcionários públicos municipais ou exercerem funções nas empresas controladas pelo grupo, com destaque para a UNOESTE (Universidade do Oeste Paulista) e ao Hospital Universitário (que posteriormente tornou-se Hospital Regional – HR). Esse contexto contribuiu para o fortalecimento da imagem política do grupo e, fundamentalmente, para a de Agripino Lima.

Vitória da Terceira Via, “Guerra Civil” e retorno do Grupo Lima

O pleito eleitoral de 1996 foi marcado pelas tensões entre os grupos de poder, sendo o período (campanha e mandato) nomeado de “Guerra Civil”, por Mauro Bragato, em nossa entrevista. A representatividade desta disputa foi maximizada pela presença de apenas duas candidaturas, ambas com considerável peso político e econômico: a de Mauro Bragato pelo PSDB e a do empresário Francisco Galindo pelo Partido da Frente Liberal – PFL.

Mauro Bragato era Deputado Estadual desde 1978 e fez parte do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) nos anos próximos ao fim da ditadura e, segundo o próprio, auxiliou na construção do PMDB, partido que deixou para, algum tempo depois, filiar-se ao

PSDB. Quando disputou o cargo do executivo, já cumpria o quinto mandato na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP)

[...] isso daí me possibilitou a ter gancho com o apoio do Mário Covas, apoio de vários partidos e de ser candidato para colocar a coisa nos eixos, o que é colocar as coisas no eixo? Respeitar as regras do jogo, instituir a democracia na cidade, certo, e a cidade ser de todos e não de um (MAURO_BRAGATO_2).

A entrevistada Regina Penati segue uma linha de raciocínio próxima a acima citada por Mauro Bragato, confirmando sua fala e creditando o grande apoio da Terceira Via à candidatura do deputado, que sairia vitoriosa naquele pleito, às dificuldades e seguidos casos de desrespeito por parte de Agripino Lima aos seus adversários políticos e ideológicos:

[...] no final desse período, do Agripino, 1993-1996, com essa asfixia toda de poder que o Agripino provocava, ele provocou um processo de aliança extrema dos outros setores, e nós fomos juntos com outros setores pedir para o Bragato ser candidato a prefeito. Era o PSDB, já num processo de rivalização com o PT, porque no nacional a gente tinha tido [...] a cassação do Collor, [...] aí em 1994 você já tem a disputa presidencial, mas a gente fez essa solicitação e a diretoria estadual entendeu que fazia sentido o que estava sendo proposto aqui, não foi uma coisa tranquila, municípios aqui da região reclamando, tudo, mas a gente decidiu fazer esse processo de articulação local aqui (REGINA_PENATI_2).

Mauro Bragato também reconheceu a excepcionalidade de seu arco de alianças político-partidárias nas eleições de 1996, quando afirma “[...] meu arco de alianças era bastante avançado até para os dias de hoje em Presidente Prudente, chamada mais à esquerda, mais progressista” (MAURO_BRAGATO_1).

Para que se firmasse tal arco, houve uma mudança fundamental no que se refere à proximidade de Mauro Bragato com o principal agente político-territorial do GET, Paulo Constantino, proximidade essa que permitiu a construção de uma aliança extrema de todos os setores contrários a candidatura de Agripino Lima. Durante o mandato como deputado estadual exercido por Mauro Bragato, concomitantemente ao de prefeito, por parte de Constantino, “tinha o MDB e a ARENA um mal-estar danado, mas eu coloquei meu mandato à disposição e ajudei dentro das minhas possibilidades” (MAURO_BRAGATO_3). Esse mal-estar não se manteve durante muito tempo, apesar de Mauro Bragato considerar-se:

[...] um político *outsider*, eu nunca fiz parte dos grupos econômicos locais, não tenho origem no grupo econômico do Agripino, muito menos do Constantino, **embora o Constantino hoje seja uma pessoa bastante próxima, uma pessoa que eu tenho uma relação pessoal e partidária bastante próxima** (MAURO_BRAGATO_1, grifo nosso).

Observa-se, portanto, que houve uma aproximação partidária entre Mauro Bragato e Constantino, que transformou o deputado no principal ou um dos principais membros da Terceira Via, bem como o elo de conexão entre esta e o GET. Veremos que, a partir deste pleito, há a presença constante de alianças que envolvem total ou parcialmente a Terceira Via com o GET, inclusive no pleito de 2016.

A candidatura vencedora do deputado estadual Mauro Bragato contava com o apoio total da Terceira Via, representada principalmente por três partidos: PSDB, PMDB (ainda não havia sido cooptado por Paulo Lima, filho de Agripino Lima) e PT. O primeiro era o partido do candidato eleito, enquanto o PMDB trazia consigo o vice-prefeito Enio Perrone que fora candidato a prefeito em 1988, bem como o PT que conseguiu eleger dois vereadores e se manteve fiel às diretrizes traçadas pelo prefeito eleito durante seu mandato.

Na outra chapa, o candidato Francisco Galindo foi indicado por Agripino Lima, que não pôde candidatar-se no pleito de 1996 devido ao fato de não haver, ainda, legislação que permitiria a reeleição para cargos do executivo. Galindo foi presidente da Companhia Prudentina de Desenvolvimento – PRUDENCO, por indicação de Agripino Lima durante seu mandato e o escolhido para conduzir a prefeitura segundo os interesses do Grupo Lima.

É importante ressaltar que o candidato derrotado, Galindo, não foi um simples indicado, sem nenhuma base material ou aspirações políticas outras. Ao contrário, possuía capital político e econômico, até porque, como Agripino, era um empresário do setor educacional de nível superior e foi eleito vice-prefeito de Cuiabá-MT nas eleições de 2008, conduzindo o município após a renúncia do prefeito em 2010.

Tabela 3: Resultados eleitorais de 1996 e 2000 e composição do legislativo em Presidente Prudente – SP

Eleições municipais 1996				Eleições Municipais 2000			
Candidato	Partido	Coligação	Resultado Eleitoral	Candidato	Partido	Coligação	Resultado Eleitoral
Mauro Bragato	PSDB	Prudente Para Todos – PPT	52,26%	Everado S. Melazzo	PT	Todos por Prudente	24,35%
Francisco Galindo	PFL	Trabalho e União – TEU	47,74%	Agripino de O. Lima Filho	PTB	Trabalho e Competência - TEC	55,29%
				Virgílio Tiezzi Junior	PPS	Pra frente Prudente	19,09%
				João Claudio da Silva	PT do B	União Popular	1,27%
Total			100,00%				100,00%
Candidato	Partido	Coligação	Câmara eleita	Candidato	Partido	Coligação	Câmara eleita
Antônio Mello	PMDB	PPT		José A. Nunes Coelho	PPB	TEC	
Amélia Galindo	PFL	TEU		José Hélio Cortez	PDT	Pra Frente Prudente	
Benedito Cordeiro	PSD	TEU		Luiz Gomes Pedrosa	PDT	Pra Frente Prudente	
Wilson Portela	PSDB	PPT		Telmo de M. Guerra	PDT	Pra Frente Prudente	
Marcos Azevedo	PSDB	PPT		Antônio Norival Rena	PDT	Pra Frente Prudente	
José C. da Silva	PT	PPT		Marcos Vinha	PT	Todos por Prudente	
José Hélio Cortez	PTB	TEU		José Rocha Sobrinho	PT	Todos por Prudente	
Alba Lucena Gandia	PFL	TEU		Jesiel P. de Siqueira	PTB	TEC	
Paulo Yamane	PFL	TEU		José C. de O. Lima	PTB	TEC	
Izaque José da Silva	PMDB	PPT		Alessandra E. Roque	PTB	TEC	
Regina Penati	PT	PPT		Alcides Seribeli	PTB	TEC	
Dirceu Matheus	PFL	TEU		Ana C. Maia de O. Lima	PMDB	TEC	
Martinho Krasucki	PSDB	PPT		Edson Tomazini	PMDB	TEC	
Sérgio Jorge Alves	PFL	TEU		Alfredo Penha	PMDB	TEC	
Telmo Guerra	PMDB	PPT		Aparecido Lourenção	PMDB	TEC	
Ademir Rodrigues	PTB	TEU		Oswaldo José Vitorio	PMDB	TEC	
Ananias Pinheiro	PSDB	PPT		Gilmar A de Azevedo	PSD	TEC	
Jorge Galli	PTB	TEU		Izaque José da Silva	PSDB	Todos por Prudente	
Alessandra E Roque	PSD	TEU		Jorge Galli	PSDB	Todos por Prudente	

Fonte: TSE; Org.: R. F. de Paula, 2019

A coligação Trabalho e União, derrotada nas urnas para o cargo de prefeito, conseguiu maioria simples na Câmara (Tabela 3) e ainda contou com a infidelidade dentro da base aliada do governo eleito, como ressaltou a entrevistada Regina Penati, vereadora durante esse período pelo PT e parte da base aliada:

Então, para você ter uma ideia da Câmara, animada do jeito que era Rafael, a eleição de presidente da Câmara já foi um sucesso. O Martinho Krasucki, que foi um cara eleito pelo PSDB, junto com o Bragato, portanto, se torna candidato a presidente da Câmara pelo Agripino. Começa assim, de um lado o Portela, a gente apoiando o Portela, que se elege, mas o Martinho Krasucki se torna o candidato do Agripino. [...] Todo mundo ficou “ué?”, mesmo que estava o tempo todo nessa história fiquei meio assustada, tudo bem que política é o terreno das traições, mas você se assusta né? (REGINA_PENATI_2).

Esse quadro de instabilidade foi constante durante o mandato de Mauro Bragato, acentuado pelos seguidos atrasos nos salários de funcionários públicos, crise de sua popularidade e uso, por parte do Grupo Lima, de seus veículos de comunicação para desgastar ainda mais a imagem do prefeito. Podemos concluir que dadas essas circunstâncias, mesmo derrotado nas eleições de 1996, o Grupo Lima se fortalece frente ao desgaste do governo que uniu Terceira Via e GET e, nas palavras de Regina Penati, “volta com tudo” nas eleições de 2000.

Após o complexo governo municipal de Mauro Bragato (PSDB), caracterizado por sua heterogeneidade no que se refere à a composição e/ou a postura adotada, tem-se mais uma vitória do maior ícone do Grupo Lima: Agripino Lima, com pouco mais de 55% dos votos válidos (Tabela 3).

A vitória de Agripino, resultante também do poderio econômico do Grupo Lima no setor de comunicação (posse de canais de TV, Rádio Globo e do jornal Oeste Notícias), disponibilizou a este grupo as condições materiais para enfraquecer seus adversários e sobressair-se diante deles. Para Regina Penati, esse foi

[...] um processo eleitoral complicado, porque aí o Agripino vem com força total, vem com tudo, vem arrepiando. Ele ganha então a eleição e depois a ele ganha a reeleição, e nós vamos viver esse processo aí, de chumbo em várias coisas, aí você tem um domínio muito forte do Agripino (REGINA_PENATI_3).

Ganha destaque, além dos aliados oriundos dos partidários coligados, a presença de familiares ligados diretamente a Agripino Lima, entre os eleitos às vagas do legislativo municipal: seu irmão José Carlos de Oliveira Lima e sua então esposa, Ana Cardoso Maia de Oliveira Lima. Desse modo, não havia sequer a necessidade de construir uma base de apoio após as eleições, pois a mesma já estava pronta e, inclusive, sustentada pelos familiares imediatos ao prefeito.

O protagonismo do GET e outra aliança inesperada

A eleição municipal de 2004 foi polarizada entre duas candidaturas: Agripino Lima, candidato reeleito, e Maria Auxiliadora, esposa de um dos pilares do GET, Paulo Constantino. Observa-se que os dois grupos aliados outrora, nas eleições de 1988, posicionaram-se como adversários nesse pleito. Chama a atenção também a presença do PMDB como componente da chapa de Maria Auxiliadora, tendo em vista que o presidente do diretório local era Paulo Lima, filho primogênito de Agripino Lima e filiado ao mesmo partido.

Cabe a ressalva de que tal posicionamento do PMDB levou a divergências dentro do partido, resultando em uma campanha de “neutralidade” por parte de alguns candidatos a vereadores que, mesmo sendo da chapa de Auxiliadora, apoiavam ou sentiam-se mais próximos da candidatura de Agripino Lima. É o caso do atual deputado estadual Ed Thomas, que afirmou em entrevista que: “Naquele período, é, eu fiz campanha praticamente sozinho. Eu não concordava muito com as decisões tomadas pelo partido de levar para a Maria Auxiliadora [...] o partido precisava ter sido ouvido” (ED_THOMAS_2).

A partir dessa conjuntura de disputa um tanto quanto incoerente entre os dois grupos, que guardaria vantagens e garantias ao Grupo Lima junto ao poder político local, Agripino Lima, reeleito, encontraria um cenário desfavorável na Câmara de Vereadores, com a Terceira Via (PT, PDT e PSDB) como maioria e ainda com um PMDB dividido.

A Terceira Via esteve dividida no pleito de 2004, estando parte cooptada pelo GET e pelo Grupo Lima no entorno da candidatura de Maria Auxiliadora, como é o caso do PSDB, e parte junto à candidatura de Dr. Talmir, pelo PSB, partido que começa a figurar como outro membro importante da Terceira Via.

Podemos inferir, dada a legislatura eleita em 2004, apresentada na Tabela 4, que havia a necessidade de Agripino Lima construir sua base de sustentação na Câmara, haja vista

que os vereadores eleitos junto a ele representavam apenas $\frac{1}{4}$ das vagas preenchidas. Tal cenário adverso por este e outros aspectos, resultou na sua cassação⁷ em 2007, oriundo de um processo que se arrastava desde 2005, envolvendo a dispensa de licitação para comprar materiais para a construção de um planetário na Cidade da Criança, em Presidente Prudente.

Regina Penati destacou a cassação de Agripino e a mudança de patamar do PT, em Presidente Prudente, em razão de ser o partido do presidente da República, Lula:

[...] já no segundo mandato é um mandato mais enfraquecido, ele acaba sendo cassado, que aí a Câmara foi bastante importante, porque eles conseguem fazer uma articulação e cassar o Agripino, mas nesse processo acontece uma coisa que o pessoal cita muito, que é a aproximação, você já tem o governo Lula né, a partir de 2003, você já tem uma mudança no nosso cenário nacional, e aí você tem também uma mexida na conjuntura aqui, não diretamente no partido, mas nas relações de Câmara já tem uma, momento em que a administração se aproxima dos nossos vereadores para não perder recursos (REGINA_PENATI_3).

O interesse do Grupo Lima em aproximar-se do PT se mantém mesmo após a cassação de Agripino e materializa-se na figura do secretário de obras, nomeado sob seu governo, Milton Mello, já citado Tupã, e retirado do cargo após a posse de Carlos Roberto Biancardi. Tal aproximação, entre Grupo Lima e PT, partido que foi oposição a Agripino Lima durante toda a década de 1990 e início dos anos 2000, se confirma com a formação da chapa para a disputa do executivo nas eleições municipais de 2008.

⁷ Ver detalhes nas seguintes notícias: <http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/noticias.xhtml?cod=593>; <http://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes-2016/2016/09/1818346-aos-85-inimigo-dos-sem-terra-tenta-4-mandato-de-prefeito-no-interior-de-sp.shtml> (acesso em 29/10/2016).

Tabela 4: Resultados eleitorais de 2004 e 2008 e composição do legislativo em Presidente Prudente – SP

Eleições municipais 2004				Eleições Municipais 2008			
Candidato	Partido	Coligação	Resultado Eleitoral	Candidato	Partido	Coligação	Resultado Eleitoral
Agripino de O. Lima Filho	PTB	União com o povo	55,13%	Adriana Rodrigues	PV	Partido Isolado	9,13%
Lucia Maria de S. Rossi	PMN	Prudente de todos nós	0,22%	Edson Tomazini	PSB	Por amor a Prudente - PAP	43,39%
Talmir Rodrigues	PSB	Democracia e participação popular (DPP)	12,61%	João Claudio da Silva	PTC	Avança Prudente	0,83%
Maria Auxiliadora de F. Constantino	PSDB	Mais Prudente	32,04%	Milton Carlos de Mello	PTB	Nova Geração	46,64%
Total			100,00%				100,00%
Candidato	Partido	Coligação	Câmara Eleita	Candidato	Partido	Coligação	Composição da Câmara
Wladimir A. da Cruz	PDT	Mais Prudente		Alba Lucena F. Gandia	PTB	Nova Geração	
Antonio Norival Rena	PDT	Mais Prudente		Alcides Seribeli	PTB	Nova Geração	
José Caetano da Silva	PT	DPP		Bernadete Querubim	PSB	PAP	
José Rocha Sobrinho	PT	DPP		Oswaldo de O. Bosquet	PSB	PAP	
Marcos Vinha	PT	DPP		Francisco L. de Toledo	PSB	PAP	
Alba L. F. Gandia	PTB	União com o Povo		Manoel Ap. Mendonça	DEM	PAP	
Alfredo José Penha	PTB	União com o Povo		Clóvis de Lima	PR	Nova Geração	
Alcides Seribelli	PTB	União com o Povo		Douglas Kato Pauluzi	PV	Partido Isolado	
Edson Tomazini	PMDB	Mais Prudente		Izaque José da Silva	PSDB	Partido Isolado	
Oswaldo Bosquet	PMDB	Mais Prudente		Kátia M. T. Guimarães	PSDB	Partido Isolado	
Aparecido Lourenção	PMDB	Mais Prudente	Natanael G. da S. Cruz	PSDB	Partido Isolado		
Izaque José da Silva	PSDB	Mais Prudente	Antônio Norival Rena	PDT	Nova Geração		
Arlindo Munuera Jr.	PSDB	Mais Prudente	Reginaldo N. Bezerra	PMDB	Nova Geração		

Fonte: TSE; Org.: R. F de Paula, 2019.

Agripino Lima, eleito em 2000, reeleito em 2004 e cassado em 2007, não pôde formalizar candidatura em 2008, sendo assim, o candidato pelo Grupo Lima foi Tupã. O apoio aberto da família Lima ao candidato foi fundamental para sua vitória, tendo em vista a base material deste grupo, que dispunha e ainda dispõe dos principais veículos de comunicação de alcance regional, além de outros meios de cooptação do eleitorado. O apoio através de programas de propaganda eleitoral de Paulo Constantino não pode ser esquecido, afinal, como mostramos, GET e Grupo Lima apresentaram forte rivalidade nos pleitos eleitorais na década de 1990.

Paralelo a isso, seu principal adversário, Ed Thomas, afirma-se como integrante da Terceira Via, posicionando-se como adversário do Grupo Lima. Já como deputado estadual, mas sem uma base material comparável ao do Grupo Lima, Ed Thomas perde a eleição, mas sai dela fortalecido, devido tanto à quantidade de votos recebida nesse pleito (Tabela 4) quanto a sua reeleição como deputado, consolidando-o no cenário político local e regional.

Ganha destaque (ainda na Tabela 4) o fato de que o PSDB, mesmo sem estar presente em coligações, elege três vereadores, enquanto o PV, com candidatura também de modo isolado, elege apenas um vereador. Confirmamos, então, a força deste partido, segundo em número de filiados e muito representativo também em nível estadual.

A composição da legislatura eleita em 2008 tornou necessária, ao prefeito Tupã, a construção de uma base de apoio na Câmara, pois sua coligação elegeu apenas cinco das 13 vagas disponíveis. A saída para tal desafio foi interessante, posto o distanciamento do prefeito em relação ao PMDB devido a conflitos com Paulo Lima, como nos apontaram os entrevistados Adílson Silgueiro e Regina Penati, bem como aproximou-se do PSDB (com três vereadores), PV e PSB do deputado estadual e adversário no mesmo pleito, Ed Thomas.

A construção dessa base garantiu ao prefeito uma governabilidade tranquila e com capacidade de captação de verbas junto às esferas estadual e federal, haja vista que o PTB, partido do prefeito, posiciona-se como base de sustentação do governo estadual e, também, com o PT, partido da então Presidenta Dilma Rousseff, na vice-prefeitura.

Fica posto, portanto, um cenário político em que o escolhido pelo Grupo Lima, após afastar-se deste, traz para si os principais partidos no município, elencados na Terceira Via e suas lideranças durante seus dois mandatos (2009-2016). Contudo, a Terceira Via não encabeçou sozinha as ações do governo municipal, pois junto a ela esteve também o GET, cuja empresa de transporte que atua no município há vinte anos venceu a licitação do transporte coletivo realizada em 2017, e irá acrescentar mais dez anos de serviços prestados,

totalizando, ao final do período de licitação, três décadas de controle do transporte coletivo em Presidente Prudente. A oposição política ficou no Grupo Lima através do PMDB e de sua base material no setor de comunicações, já destacado.

A união da Terceira Via por Tupã e os processos de reorganização dos grupos de poder

O pleito eleitoral de 2012 apresentou dois aspectos importantes: o primeiro se refere ao confronto direto entre Agripino Lima e Tupã, sendo que o último esteve estreitamente ligado ao primeiro nas eleições de 2008, cujo resultado fora também influenciado pelo apoio irrestrito do Grupo Lima à candidatura deste; o segundo refere-se à base de sustentação do governo Tupã, construída durante o mandato anterior e que se confirma nas eleições de 2012, com a presença de um grande número de partidos políticos em sua coligação e pelo apoio aberto de lideranças econômicas e políticas do município, tal como Paulo Constantino, integrante do GET.

Antigo candidato do Grupo Lima, Tupã sai vitorioso em uma coligação com grande número de partidos e, conseqüentemente, maior tempo de TV nas propagandas eleitorais obrigatórias e com o apoio de várias lideranças da Terceira Via, com o PT mantido na vice-prefeitura, o PSDB como forte aliado na Câmara e o PSB, de Ed Thomas, como deputado estadual. Assim, dois motivos são fundamentais para compreender o insucesso da candidatura do Grupo Lima: a indefinição da legalidade de sua candidatura, que se arrastou durante a campanha, e a aliança da Terceira Via com o GET em torno do candidato eleito.

O cenário estável de governabilidade e incerteza política no futuro rivalizou as principais lideranças da Terceira Via, que se aproximaram de integrantes do Grupo Lima ou do GET para viabilizar candidaturas e aumentar as chances de sucesso eleitoral em 2016. Tupã, uma das principais lideranças da Terceira Via naquele momento (apesar de “nascido” no Grupo Lima), mostrou-se incapaz de mantê-la coesa em apoio ao candidato de sua preferência, Nelson Bugalho, nas eleições de 2016.

A eleição municipal de 2016 mostrou-se uma das mais disputadas, tendo como pressuposto nosso recorte temporal de análise, pois três candidaturas apresentaram-se com possibilidades de vencer. Nelson Bugalho, promotor de justiça apoiado pelo ex-prefeito Tupã, venceu a eleição; Fabio Sato teve votação muito próxima ao vencedor, acompanhado de Agripino Lima, na sequência (Tabela 5). Temos, portanto, candidatos da Terceira Via nas

duas primeiras colocações e Agripino Lima, mesmo com a existência de várias dúvidas sobre seu quadro de saúde clínico e mental, figurou na terceira posição.

A participação do GET ganha destaque, direta e indiretamente, nessa eleição. No primeiro, representados na candidatura de José Lemes Soares⁸ pelo PRB e, num segundo momento, com apoio de Constantino a Nelson Bugalho, especialmente por sua ligação de longa data com o PSDB de Mauro Bragato. A participação de José Lemes Soares, que alcançou votação considerável, mais de dez mil votos, não fora pensada apenas para essa eleição, como o próprio candidato nos disse em entrevista:

[...] eu realmente fui convidado pelo PPS em 2012 a ser candidato a prefeito, meu domicílio eleitoral era de São Paulo. Nesse momento o Sato era candidato a vereador, eu era o candidato a prefeito do PPS, aí eu não podia ir, aí lançaram ele lá como candidato a prefeito né (JOSÉ_LEMES_1).

Fábio Sato também aborda e confirma a fala de José Lemes. “Em 2012, inicialmente, eu me candidatei a vereador e na ocasião o prefeito que nós iríamos apoiar na última hora não teve legenda por uma questão política (FABIO_SATO_1)”, porém, não menciona o nome daquele que seria o candidato de seu partido em 2012. Temos então uma candidatura que advém de processos oriundos de 2012, ou seja, o GET não altera sua forma de atuação política e territorial em 2016, mas sim a partir de 2012.

Vale discutirmos, também, a candidatura de Regina Penati, quinta colocada e com votação pouco expressiva se comparada às expectativas de seus adversários, bem como ao histórico de votações no PT no município e o fato de ter feito parte dos oito anos do governo Tupã, com representantes eleitos na Câmara e na vice-prefeitura. O entrevistado Fabio Sato, que lançou candidatura única, fez considerações a respeito de o PT não compor nenhuma chapa: “[...] alguém está disposto a ter o PT na coligação? Isso prejudicaria a imagem do candidato? É a grande pergunta que todos se fazem. Mesmo que veladamente, as pessoas fazem essa pergunta.” (FABIO_SATO_7).

⁸ Pertence à família proprietária de empresas do ramo de transporte coletivo em Presidente Prudente e em outros municípios do país.

Tabela 5: Resultados eleitorais de 2012 e 2016 e composição do legislativo em Presidente Prudente – SP

Candidato	Partido	Coligação	Resultado Eleitoral	Candidato	Partido	Coligação	Resultado Eleitoral
Milton C. de Mello	PTB	Prudente Unida	66,51%	Nelson Bugalho	PTB	Avante Prudente	29,46%
Talmir Rodrigues	PV	Partido Isolado	2,98%	Fabio Cesar Sato	PPS	Juntos por Prudente	28,54%
Agripino de O. Lima Filho	PMDB	O povo no poder faz (PPF)	0,00%	Agripino Lima	PMDB	Prudente é +	26,81%
Josué Alves Macedo	PSOL	Partido Isolado	0,33%	José Lemes Soares	PRB	Acorda Prudente	10,07%
Fábio Cesar Sato	PPS	Prudente quer mais	30,18%	Regina Penati	PT		4,05%
				Daniel A. Grandolfo	SD		0,69%
				Donizete A. Marcelino	PSOL		0,38%
				João Claudio da Silva ⁹	PT do B		0
Candidato	Partido	Coligação	Câmara Eleita	Candidato	Partido	Coligação	Câmara Eleita
Jailson do N. Pereira	PRB	Prudente Unida	<p>120,00% 100,00% 80,00% 60,00% 40,00% 20,00% 0,00%</p> <p>93,33% 6,67%</p> <p>■ Prudente Unida ■ O povo no poder faz</p>	Izaque Silva	PSDB	Avante Prudente	<p>100% 80% 60% 40% 20% 0%</p> <p>46,15% 53,85%</p> <p>■ Juntos por Prudente ■ Avante Prudente</p>
Enio Luiz T. Perrone	PSD	Prudente Unida		Enio Perrone	PSD	Juntos por Prudente	
Adilson R. Silgueiro	PMDB	PPF		Natanael Gonzaga	PSDB	Avante Prudente	
Valmir da Silva Pinto	PTB	Prudente Unida		Demerson Dias	PSB	Juntos por Prudente	
Elza A. P. e Pereira	PTB	Prudente Unida		Ivan Jr. Lima Barbosa	PTB	Avante Prudente	
Alba L. F. Gandia	PTB	Prudente Unida		Mauro M. das Neves	PSDB	Avante Prudente	
Ivan Jr. Lima Barbosa	PTB	Prudente Unida		Marcelo Trovani	PSB	Juntos por Prudente	
Demerson Dias	PSB	Prudente Unida		Alba L. F. Gandia	PTB	Avante Prudente	
Ivan Itamar da Silva* ¹⁰	PT	Prudente Unida		José G. de Souza	PSD	Juntos por Prudente	
Natanael G. S. Cruz	PSDB	Prudente Unida		Adão Batista da Silva	PSB	Juntos por Prudente	
Izaque José da Silva	PSDB	Prudente Unida		Elza Alves P. e Pereira	PTB	Avante Prudente	
Manoel A. Mendonça	DEM	Prudente Unida		Rogério R. G Campos	PSDB	Avante Prudente	
José G. de Souza	PT	Prudente Unida		Willian Cesar Leite	PPS	Juntos por Prudente	
Marcelo Trovani*	PSB	Prudente Unida					
José Carlos Roberto	PT	Prudente Unida					

Fonte: TSE; Org.: R. F. de Paula, 2019.

⁹ Candidato teve a candidatura indeferida.

¹⁰ Os dois vereadores em destaque (*) ocuparam os cargos durante o corrente mandato, o primeiro devido ao falecimento de José Carlos Roberto (dez/2015) e o segundo após a cassação de Adilson Silgueiro (fev/2016).

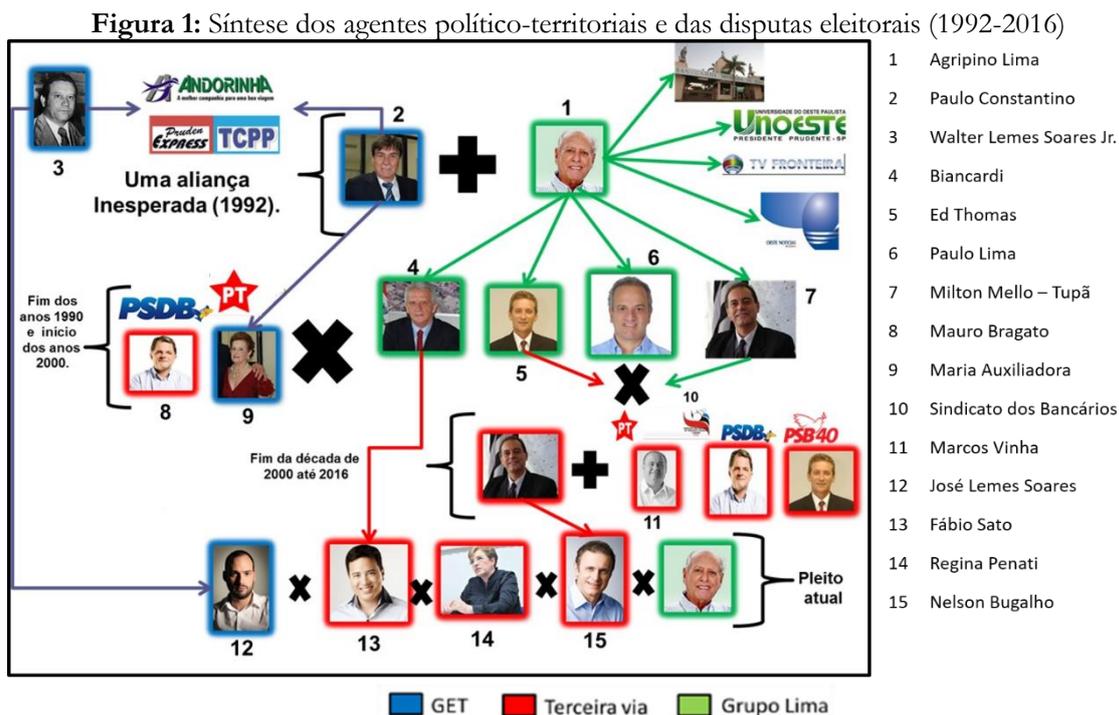
O candidato vencedor, Nelson Bugalho, possui laços distintos se comparado aos de seu principal apoiador, Tupã. Enquanto Tupã emerge a partir do Grupo Lima, por meio das horizontalidades de Presidente Prudente, Bugalho construiu, ao longo da vida pública e política, com candidaturas a deputado federal, laços com um dos principais membros da Terceira Via, Mauro Bragato e, principalmente, com o governador do estado, Geraldo Alckmin. Relações, portanto, verticalizadas.

[...] depois da campanha de 2010, em 2011, no início de 2011 veio o convite para eu assumir a vice-presidência da CETESB¹¹ em São Paulo, então veio o convite do governador Geraldo Alckmin, que eu acabei conhecendo o governador durante a campanha de 2010, ele esteve aqui várias vezes e eu conheci o governador no começo de 2011, (NELSON_BUGALHO_2).

A coligação em torno de Nelson Bugalho elegeu a maioria dos representantes do legislativo, o que nos levaria, automaticamente, a uma possibilidade de governo com uma base segura a ser ampliada. Entretanto, as disputas internas do PSDB, após o insucesso do lançamento da candidatura de Izaque Silva e, nas palavras de Mauro Bragato, da traumática aproximação de pessoas ligadas ao vereador em relação ao Grupo Lima, deixaram um clima de dúvida e insegurança no que se refere à fidelidade da base, que não mantém relações tão estreitas com o executivo.

A Figura 1, na sequência, apresenta uma síntese do que se apresentou, em termos de vinculações de atores político-sociais neste artigo: a gênese dos principais agentes político-territoriais e seus respectivos papéis nas disputas eleitorais, pós-redemocratização, bem como aponta algumas instituições, empresas, os grupos protagonistas nas disputas pretéritas e atuais.

¹¹ Companhia Ambiental do Estado de São Paulo.



Org.: R. F. de Paula, 2017.

O primeiro momento diz respeito à aliança inesperada entre o Grupo Lima e o GET nas eleições municipais de 1992. O segundo momento apresenta as disputas travadas entre a Terceira Via e o Grupo Lima na década de 1990 e início dos anos 2000, período em que o GET se aproximou da Terceira Via, ora com protagonismo, ora nos bastidores. O terceiro momento diz respeito à consolidação de agentes político-territoriais, como Ed Thomas e Tupã, oriundos do Grupo Lima, em suas bases junto à Terceira Via e participarem com centralidade nas disputas eleitorais a partir de então. No quarto e último momento, materializam-se os agentes político-territoriais centrais em um processo de reorganização conservadora, pois estão conectados em redes com o Grupo Lima ou o GET, bem como com agentes que outrora pertenceram a estes grupos e que construíram suas bases com outros agentes com gênese comum.

Conclusões

Quando abordamos os pleitos eleitorais a partir dos grupos de poder, que são formados por e a partir de agentes político-territoriais que possuem maior ou menor força em distintos períodos da pesquisa, optamos por adentrar nas dinâmicas e disputas inter e

intragrupos de poder, de modo a entendê-las a partir do espaço e do sistema de ações definido por Santos (2014), notadamente indissociável e (re) produtor do espaço a partir das ações tomadas pelos agentes que investigamos.

A ação é o próprio do homem. Só o homem tem ação, porque só ele tem objetivo, finalidade. A natureza não tem ação porque ela é cega, não tem futuro. As ações humanas não se restringem aos indivíduos, incluindo, também, as empresas, as instituições (SANTOS, 2014, p.82).

Vale ressaltar nosso esforço em, a partir dos indivíduos, incluir neste texto as instituições por meio das quais atuam no território e nas disputas pelo poder político, bem como daquelas com relevante papel direto ou indireto nas forças políticas prudentinas. Ainda, para sermos mais específicos, podemos associar às disputas que analisamos a questão das horizontalidades e verticalidades trazidas por Santos (2014, p.284):

De um lado, há extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região. São as *horizontalidades*. De outro lado, há pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as *verticalidades*. O espaço se compõe de uns e de outros desses recortes, inseparavelmente.

Em uma rápida periodização, a partir dos pleitos analisados ao longo do texto, é perceptível o papel das horizontalidades nas disputas pelo poder político municipal, desde o governo Constantino (1989-1992) até o segundo mandato consecutivo de Agripino Lima, período no qual o mesmo foi cassado e podemos, portanto, colocar como marco do fim do domínio, no campo político, das horizontalidades.

Definimos esse marco ligado às horizontalidades a partir das bases materiais do Grupo Lima e do GET, que influenciaram as disputas eleitorais e consequentemente os resultados expostos. Afinal, “a mídia local [...] é um testemunho desse movimento pelo qual as forças oriundas do local, das horizontalidades, se antepõem às tendências meramente verticalizantes (SANTOS, 2014, p.288)”.

A mudança no cenário político nacional, a partir do governo Lula, na esfera federal, apontada por Regina Penati, ocorreu concomitante à tentativa bem-sucedida, inicialmente, de aproximação do Grupo Lima em relação ao PT em torno da candidatura de Tupã em 2008. Após a vitória, Tupã distancia-se do Grupo Lima e mantém o PT consigo até a conclusão de seu mandato, contribuindo para a vitória de Nelson Bugalho, também do PTB.

Temos então a confirmação de uma transição, que ocorre a partir do distanciamento de Tupã em relação ao Grupo Lima, no momento em que as verticalidades do poder político, ou seja, o cenário nacional, estadual e o papel dos deputados estaduais Ed Thomas e Mauro Bragato ganham proporções relativamente mais poderosas que as horizontalidades (como a mídia local controlada pelo Grupo Lima).

Contudo, sabemos que as horizontalidades e verticalidades são indissociáveis, mas apresentam características diferentes ao longo do recorte temporal que analisamos. A tendência é de que os grupos de poder e, conseqüentemente, os agentes político-territoriais neles inseridos que utilizaram de bases materiais e simbólicas, portanto, das horizontalidades, modifiquem as formas de suas ações territoriais.

Na verdade, se pensarmos a partir dos dois grupos de poder fortemente vinculados ao fator econômico, o Grupo Lima e o GET, percebemos uma inversão no que se refere à forma de ação dos grupos: de um lado, o Grupo Lima se movimenta em direção aos bastidores da política local, onde o GET permaneceu desde a candidatura de Maria Auxiliadora em 2004, de outro, o GET se projeta novamente à cena com a candidatura de José Lemes Soares ao cargo do executivo no último pleito.

Indícios trazidos por Ed Thomas demonstram a tendência de continuidade da atuação política de José Lemes, por exemplo, quando discorre sobre reunião tida com o candidato a prefeito: “Veio para ser candidato a deputado estadual, e não importa quem vai ganhar, eu quero tirar quem está, essa é a política que a gente vê aqui em Prudente”. (ED_THOMAS_10).

A partir desse cenário, portanto configura-se um novo jogo de forças entre os grupos de poder, de modo que os agentes político-territoriais que os compõem estão notadamente alterando suas formas de ação territorial e as aproximações intergrupos também passam por momentos de reorganização nas redes de poder.

Tal reorganização apresenta-se como conservadora e conduzida pelos principais grupos de poder, tendo em vista as conexões entre os agentes político-territoriais e a atuação destes grupos nas eleições municipais do recorte trabalhado que, ao que as evidências nos indicam, se manterá, com agentes, roupagens e discursos diversos, aparentemente, mas com raízes fincadas nos grupos de poder investigados nessa pesquisa.

Referências

- ABREU, D. S. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista**: Presidente Prudente. Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1972
- COLOGNESE, S.A; MELO, J.L. **A Técnica da Entrevista na Pesquisa Social**. Porto Alegre: Cadernos de Sociologia, 1998. V. 9, p. 143-159.
- FERNANDES, B. M. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária**: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. 2013, 343f. Tese (Livre docência) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- KERBAUY, M. T. M. Federalismo, descentralização e democracia. **Estudos de Sociologia**, v. 6, n. 10, 2007.
- KINZO, M. D. **Os partidos no eleitorado**: percepções públicas e laços partidários no Brasil. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2005.
- KINZO, M. D. **Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2004.
- LEITE, J. F. **A ocupação do pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec, 1998.
- MAGDALENO, F. S. Lei e território em democracias político-representativas. In: CASTRO, I. **Espaços da democracia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013, p.57-86.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. 29.ed. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. A constituição do meio técnico-científico-informacional, a informação e o conhecimento. In: _____. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006, p.93-104.
- SILVA, M. **Análise política do território**: poder e desenvolvimento no centro-sul do Paraná. Guarapuava: Unicentro, 2007.
- SILVA, M. Poder local, ideologias e representações sociais. **Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 2, p. 39-51, mai./ago. 2014.
- SOUZA, M. J. L. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.E. et al. **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p.77-116.
- VAINER, C. B. As escalas do poder e poder das escalas: o que pode o poder local? In: ENCONTROS NACIONAIS DA ANPUR, 9. Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, v. 9, 2001.

Submetido em: outubro de 2019.

Aceito em: janeiro de 2019.